



3796 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT05 - Estado e Política Educacional

AS REFORMAS EDUCACIONAIS DE CUNHO NEOLIBERAL E O ACIRRAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: o avanço das políticas gerenciais da educação na contramão da inclusão social.

Joana Dark Andrade de Sousa - UFPB - Universidade Federal da Paraíba
Silmara Cássia Barbosa Mélo - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

O texto reúne a discussão de pesquisas que problematizam os efeitos das políticas educacionais de cunho neoliberal e a problemática da desigualdade social. Como fator comum, os resultados das pesquisas mostram que as reformas neoliberais ignoram as características externas às escolas, responsabilizam professores, pais e alunos pelo sucesso da educação. Em última instância, tais reformas educacionais corroboram para o processo de exclusão social.

Palavras-Chave: Políticas Educacionais. Neoliberalismo. Desigualdade Social.

AS REFORMAS EDUCACIONAIS DE CUNHO NEOLIBERAL E O ACIRRAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: o avanço das políticas gerenciais da educação na contramão da inclusão social.

Nas últimas décadas do século XX e no limiar do século XXI, foi notável a rápida expansão de reformas no campo educacional que coadunam com o paradigma neoliberal, sendo adotadas por diferentes países capitalistas. No viés do paradigma Neoliberal, emergem novas estratégias de atuação junto ao Estado e formação de redes políticas que, em última instância, favorecem ao projeto de consolidação do capital. Destacam-se neste contexto, políticas de avaliação que se fundamentam em resultados de testes padronizados para medir o nível de "qualidade" da educação a partir das performances dos alunos; políticas de currículo, que ao serem associadas aos testes padronizados, concorrem para o "estreitamento curricular" (MACEDO, 2015, 102), privilegiando certos conhecimentos em detrimento de uma formação global que atenda as especificidades culturais dos diferentes estudantes. Como consequência, essa configuração do Neoliberalismo tem gerado transformações profundas no setor público, promovendo a sua desqualificação, criando novas formas de relação entre o público e o privado, inserindo novas formas de administração nos moldes do mercado e atingindo a subjetividade dos sujeitos com a intromissão de sentimentos de responsabilização e competitividade em busca da melhor performance.

Nesse cenário controverso, faz-se pertinente problematizar os efeitos que as políticas educacionais de cunho neoliberal adotadas por diferentes países apresentam em relação as desigualdades sociais, ou seja, quais os efeitos que as reformas neoliberais na educação têm promovido para o contexto das desigualdades sociais?

Partindo desse questionamento, o texto propõe reunir resultados de pesquisas realizadas em diferentes países, cuja discussão têm como foco a problematização da relação entre essas reformas educacionais de matriz neoliberal e o acirramento das desigualdades sociais no contexto de cada país. Em termos metodológicos, desenvolvemos um levantamento bibliográfico de pesquisas que enfatizam essa problemática. Na América Latina destacamos os estudos de Casassus (2007), Diaz; Leiva & Paredes (2015); na Inglaterra apontamos o trabalho de Ball (1994); nos Estados Unidos destacamos os estudos de Apple (2003). Como fator comum, o principal argumento dessas pesquisas considera que as reformas neoliberais ignoram as características externas às escolas, não discutindo os fatores que causam a pobreza e as desigualdades sociais, fatores exógenos que faticamente afetam o desempenho dos sujeitos na área da educação. Em última instância, as reformas educacionais que seguem o modelo de mercado corroboram para o processo de exclusão social.

A Contradição das Reformas Educacionais: a reprodução das desigualdades sociais

De acordo com o discurso neoliberal é preciso libertar a educação das práticas burocratizantes que afetam o setor público e se pautar no uso eficiente dos recursos públicos seguindo a lógica do mercado na educação de modo a corroborar com o desenvolvimento econômico mundial. Os argumentos se voltam para a flexibilização do currículo, maior autonomia das escolas, compromisso e responsabilização de todos pelo melhor desempenho dos alunos. Contudo, pesquisas têm mostrado que existe uma contradição entre esse discurso que busca dominar o senso comum da população e a realidade que reflete no acirramento das desigualdades sociais.

No contexto da América Latina, destaca-se o estudo encomendado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e dirigido por Juan Casassus (2007), a partir de uma análise comparativa entre os currículos de 14 países, entre eles: Brasil, Chile, Cuba, México, entre outros. A partir da aplicação de testes e questionários, buscou-se responder à questão problemática sobre o que é preciso fazer para melhorar a qualidade e diminuir a desigualdade na educação? Com isso, o autor levanta um conjunto de críticas as reformas educacionais de cunho tecnocrático que considera a educação escolar um processo que permite o acesso a uma cultura universal e adota uma concepção de currículo neutro ligado a um sistema de avaliação padronizado como parâmetro de medida para a qualidade da educação, passando ao largo da consideração dos processos de diferenciação social e cultural dos sujeitos. Casassus (2007) faz uma análise de dados que mostram a persistência da desigualdade social nesses países, e concluiu que o desempenho escolar não se associa a fatores principais independentes, mas resulta de uma "multiplicidade de efeitos que se combinam de

forma complexa. Tanto os efeitos do contexto sociocultural-econômico como efeitos dos processos escolares integram com os desempenhos dos alunos". (CASASSUS, 2007, p. 22).

Uma evidência sobre essa contradição é o que se processa na sociedade chilena. O artigo de Diaz, Leiva e Paredes (2015) traz uma análise das reformas educativas desenvolvidas no Chile, país considerado laboratório das reformas gerencialistas na América Latina, desde os anos 1980, após a ditadura militar. Ao fazer uma reflexão sobre os resultados das intensas reformas de caráter mercadológico empreendidas na educação chilena com a adoção das novas formas de financiamento com repasse direto para o setor privado a responsabilidade pela oferta da educação. Os autores consideram fundamental a construção de uma nova institucionalidade na educação pública chilena, que com o seu atual desenho estrutural tem contribuído para a baixa qualidade do ensino e para a alta segregação socioeconômica e territorial. Ao adotar um sistema de subsídio que desconsidera as características de capital social e econômico entre a população e determina que o custo da educação é o mesmo, independentemente da condição de vulnerabilidade do estudante, resulta que aqueles com maiores custos agregados – os mais pobres – permanecem em estabelecimentos públicos, enquanto os menos vulneráveis vão crescentemente se incorporando ao setor privado subvencionado impactando em uma maior segregação social.

Para Ball (1994), ao pesquisar sobre as reformas gerenciais na educação empreendidas na Inglaterra, a lógica das reformas neoliberais na área da educação privilegia as famílias de *status* socioeconômico mais elevados, pois possuem maior probabilidade de exercer o "princípio da escolha". Ball (1994) alerta que na Inglaterra, as reformas gerenciais na educação impulsionou a conjugação de mercados com a demanda e publicação de indicadores do desempenho. Como efeito, as escolas passaram a procurar cada vez mais "formas de atrair pais "motivados" com filhos 'bem-dotados', pois dessa maneira as escolas têm a condições de melhorar sua posição relativa nos sistemas locais de competição". (BALL, 1994, p. 39). Com isso, aos filhos da classe operária, aos pobres sobram as escolas públicas com baixo desempenho, gerando o efeito de exclusão.

O estudo de Apple (2003) corrobora com essa reflexão levantada anteriormente por Ball (1994), ao analisar as reformas empreendidas nos Estados Unidos, alertando que não ingenuamente, as políticas neoliberais ignoram as características externas às escolas, que em contextos de elevada pobreza explicam em maior proporção a variação do desempenho escolar do que o indicador da escola eficiente. Para Apple (2003, p. 101) "só atacando esses problemas em conjunto é que é possível haver algum progresso substantivo". Em essência, o que se observa é um processo em que "o Estado desvia a culpa das desigualdades muito evidentes no acesso e no resultado que ele prometeu reduzir, de si para as escolas, pais e crianças individuais" (Apple, 2003, p. 93).

Observa-se, pois, que têm ocorrido alterações nas estratégias utilizadas pelo mercado para garantir a prevalência dos seus interesses relacionado ao acúmulo do capital. Ao invés de defender explicitamente a minimização do Estado e a livre atuação do mercado, premissas do Liberalismo clássico, com o Neoliberalismo a relação entre Estado e mercado se redefinem, passando o último a utilizar o Estado como mecanismo para criar as condições favoráveis a manutenção da ordem de dominação vigente. Com isso, têm-se a emergência do Estado-Avaliador (AFONSO, 2001) no campo da educação, ou seja, a partir das políticas de regulação, a exemplo, da instituição de currículos comuns, políticas de avaliação baseadas em testes padronizados e o ranqueamento promovendo a competição entre as escolas, o Estado passa a controlar, astuciosamente, a dinâmica das escolas, os conteúdos a serem ensinados, criando assim as condições necessárias para a manutenção da ordem de dominação do capital.

Como forma de resistência, considera-se imperativo o fortalecimento da participação dos setores de representação social, as entidades acadêmicas que defendem um projeto inclusivo de educação com qualidade socialmente referenciada na formulação das políticas educacionais. Cabe-nos promover um diálogo com a sociedade política e população em geral ressaltando a importância de se pensar em reformas educacionais que avancem no combate as desigualdades sociais. Para isso, as políticas devem ser pensadas de forma a associar os aspectos endógenos, relativo ao contexto das escolas, e os exógenos relativo ao contexto social, sendo necessária a criação de políticas paralelas de combate à pobreza e garantia de direitos sociais.

Referências

- AFONSO, Almerindo Janela. **Estado, mercado, comunidade e avaliação**: Esboço para uma rearticulação crítica. Educação & Sociedade, nº 69, dezembro/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n69/a07v2069.pdf>> Acesso em: 20 de dezembro de 2017.
- APPLE, Michael W. **Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade** Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Revisão técnica de José Eustáquio Romão. São Paulo, Cortez – Instituto Paulo Freire, 2003.
- BALL, S. J. **Education reform: a critical and post structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.
- CASASSUS, Juan. **A escola e a desigualdade**. Tradução Lia Zatz. 2. ed. Brasília: Líber Livro Editora, Unesco, 2007.
- DIAZ, Sebastián Donoso; LEIVA, Jorge Alarcón; PAREDES, Mayra Castro. Nova Institucionalidade da Educação Pública no Chile: debates, análises e propostas. In: GOUVEIA, Andréa Barbosa et. al (Orgs.). **Brasil e Chile: diálogos (im)pertinentes**. Curitiba, Appris: 2015, pp: 41- 76.
- MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Comum para Currículos**: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, out.-dez., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00891.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2018.